

SUMÁRIO

<i>Agradecimento</i>	VII
<i>A figura admirável de Theotonio Negrão</i>	XIII
<i>Prefácio</i>	XVII
<i>Apresentação</i>	XIX

Parte I — Teoria da prejudicialidade

Capítulo 1 — Notícias históricas

1. Direito romano	3
2. Período medieval	9
3. Período moderno	10
4. Direito luso-brasileiro	15

Capítulo 2 — Conceito de prejudicialidade

5. A origem da prejudicialidade.....	21
6. Antecedência lógica	27
7. Antecedência lógica necessária?	30
8. Duas espécies de questões prévias: prejudiciais e preliminares.....	39
9. Legítimo critério de distinção entre questões prévias: o tipo de influência exercida.....	44
10. Sede adequada de análise: o processo	51
11. O aspecto jurídico da prejudicialidade	60
12. Igual natureza dos juízos (atividade de subsunção) ...	62
13. Aptidão a constituir o objeto de processo autônomo (autonomia)	69
14. Críticas à concepção da autonomia	78
15. Críticas à concepção da subsunção	81
16. Posição adotada: vinculação jurídica	85

Capítulo 3 — Classificações da figura prejudicial

17. Classificações da figura prejudicial	93
18. Formas em que se apresenta a figura prejudicial: ponto, questão e causa. Motivos e dispositivos preju- diciais	99

Capítulo 4 — Prejudicialidade como vinculação jurídica

19. Esclarecimento do capítulo	106
20. Eficácia dos pronunciamentos judiciais.....	106
21. Mérito ou objeto do processo	116
22. Mérito e questões de mérito. Os eixos <i>imperativo</i> e <i>lógico</i> do processo	124
23. Objeto do processo composto	127
24. Juízo de admissibilidade e juízo de mérito. Influência preliminar	135
25. Autoridade da coisa julgada.....	140
26. Limites objetivos da coisa julgada	149
27. Limites subjetivos da coisa julgada.....	156

Parte II — Reflexos da prejudicialidade sobre o processo

Capítulo 5 — Prejudicialidade interna

28. Prejudicial no eixo lógico: motivos prejudiciais	171
29. Do motivo ao dispositivo prejudicial: ação declaratória incidental.....	177
30. Prejudicial no eixo imperativo: dispositivos preju- diciais	189
31. Dispositivos prejudiciais internos	190
32. Limites da devolução recursal diante das relações de antecedência lógica	195
33. A influência prejudicial e os limites da devolução recursal	203
34. A influência preliminar e os limites da devolução. Capítulo de admissibilidade.....	215

35. Outras hipóteses de influência preliminar e limites da devolução	221
--	-----

Capítulo 6 — Prejudicialidade externa

36. Dispositivos prejudiciais externos	226
37. Prejudicialidade e relação entre demandas pendentes ..	227
38. Conexidade e reunião de demandas	231
39. Prejudicialidade como modalidade de conexidade...	241
40. A conexidade como pressuposto da reunião de demandas.	245
41. Obrigatoriedade da reunião?.....	250
42. Estágios processuais compatíveis e inexistência de óbices quanto à competência	255
43. O procedimento da reunião	260
44. Conexidade por relação preliminar	263
45. Suspensão do processo	265
46. Sistemas de suspensão prejudicial	268
47. Suspensão do processo civil para aguardar decisão prejudicial penal.....	270
48. Suspensão do processo civil por prejudicialidade externa não-penal	273
49. Suspensão por prejudicialidade interna.....	282
50. Duração da suspensão	284
51. Atos praticados durante a suspensão	287
52. Suspensão por <i>causa</i> ou <i>questão</i> preliminar.....	289
53. Dispositivos prejudiciais externos, eficácia das decisões e coisa julgada	290
54. Decisão prejudicial posterior ao trânsito em julgado da decisão prejudicada	296
55. Dispositivo preliminar externo	298
<i>Considerações finais</i>	303
<i>Bibliografia</i>	317